

ESTÂNCIA

População reivindica novo cemitério

Se não bastasse problemas com abastecimento de água, saúde, educação, saneamento básico, segurança, entre outros, o prefeito de Estância, Carlos Magno Costa Garcia, tem mais um desafio pela frente: criar espaços para enterrar novos defuntos. Os principais campos santos do cemitério de Estância, município localizado a 68 km, estão com a capacidade esgotada.

O cemitério Nossa Senhora da Piedade ligado à Irmandade do Santíssimo Sacramento e pertencente à Diocese de Estância está lotado, não há nem espaço para transitar naquele campo santo e muito longe de garantir acessibilidade para os deficientes físicos. Esse cemitério inclusive tem sido alvo já há algum tempo de Ministério Pú-

blico, que vem acompanhando os serviços ali desenvolvidos, movido por vários fatos escandalosos de remoção dos restos mortais sem autorização das famílias.

Já o cemitério público da Cruz Vermelha também não há espaço para sepultar mais ninguém. Lá os coveiros têm feitos “milagres” para atender a demanda dos mortos mensais. Durante sua gestão, o ex-prefeito Ivan Leite construiu novas gavetas, assim como o ossuário coletivo e hoje estão todos ocupados. Para conseguir espaços para novos sepultamentos estão removendo os restos mortais após os três anos para um ossuário sendo colocados em sacos amontoados por cima das gavetinhas construídas também na gestão passada.

Além desses cemitérios o município possui o São Francisco de Assis (Cidade Nova), entre outros menores na zona rural.

Cabe ao município administrar, tomar medidas para a melhoria dos serviços funerários, assim como fiscalizar os cemitérios públicos e particulares zelando pela observação das normas legais. Visto que tramita na Câmara de Vereadores um projeto de lei de iniciativa do Poder Executivo Municipal datado de 31 de agosto de 2013 que diz que um novo cemitério público ou particular somente se fará quando os atuais estiverem com ocupação superior a 50%, ora nossos principais cemitérios há tempo que já estão beirando aos 100% de ocupação.

O novo projeto de lei diz que a concessão temporária é aquela firmada por três anos e renováveis pelo mesmo período. Hoje o tempo limitado por três anos sem direito a renovação, lembramos também que o novo projeto fala também de incineração ou remoção para ossuário coletivo, porém não havendo renovação das sepulturas ou carneiras após três. Tendo em vista a gravidade do problema, os estancianos cobram providências urgentes da prefeitura. A situação atual é caótica e a cada dia que passa aumenta os amontoados de sacos com os ossos removidos das gavetas do Cemitério Municipal da Cruz Vermelha.

Augusto Santos - colaborador



ESTADO DE SERGIPE
PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA
COORDENADORIA DE COMUNICAÇÃO
RECORTE DE JORNAIS